



“REINSERÇÃO SOCIAL: A OUTRA FACE DA EXECUÇÃO PENAL”

Conteúdo programático

(. D / 00 1

TRATAMENTO DE PRESOS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS – APAC - ITAÚNA-MG

CARGA HORÁRIA 2h/a

DOCENTE: PROF. PAULO ANTONIO DE CARVALHO

C / RR2C / 00: graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; professor licenciado de Processo Penal da Universidade de Itaúna-MG; membro do Projeto Novos Rumos da Execução Penal do TJMG; Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal e de Execução Penal da Comarca de Itaúna-MG; presidente do Conselho Superior da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados.

E (ENTA: Execução Penal: Princípios que a norteiam (Regras mínimas para o tratamento dos presos, Constituição Federal e LEP). Execução Penal e o Poder Executivo. Execução Penal e o Poder Judiciário. Tratamento de Presos no Sistema Carcerário Brasileiro. Distância entre a teoria e a prática. A APAC nesse contexto. O projeto “Novos Rumos na Execução Penal,, em Minas Gerais. Conclusões.

REFERÊNCIAS

LEAL, César Barros. *ri!"o# Crepú!c\$%o de \$ma Era*. Belo Horizonte: ed Del Rei. 2ª ed. 2001.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. *E&ec\$'"o ena%*. São Paulo: ed. Atlas, 1998.

ONU. Regra! ()nima! para o tratamento do! pre!o!.

OTTOBONI, Mário. **amo! (atar o Crimino!o+ São Paulo: ed. Paulinas. 2001.*

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. *Em , \$!ca da! pena! perdida!-* Rio de Janeiro: ed. Revan, 1998.

(3d\$%o 4: A EXECUÇÃO PENAL NA AMÉRICA LATINA

CARGA HORÁRIA 2h/a

E (ENTA: A situação do sistema prisional nos países do continente latino-americano, com a análise dos principais problemas que afligem a maioria das prisões, a saber: a superpopulação; a violência; a ociosidade; a falta de assistência material, jurídica e médica; a corrupção; o autogoverno etc. Destaque para o descompasso existente entre a realidade e as normas que disciplinam sobre a execução penal, bem como para a aplicação massiva e exitosa de alternativas à privação da liberdade.

DOCENTE: PROF. CÉSAR BARROS LEAL

C / RR2C / 00: César Barros Leal é formado em Letras e Direito. Especialista em Prevenção Criminal pelo “*United Nations and Far East Institute for the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders*,” (UNAFEI/Tóquio, Japão). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará; doutor em Direito pela Universidade Nacional Autônoma do México; pós-Doutor pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará e do Curso de Especialização em Processo Penal da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Procurador do Estado do Ceará. Membro da Assembléia Geral do Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica). Presidente do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos. Membro da Academia Brasileira de Direito Criminal. Membro da Academia Cearense de Letras. Membro da Academia de Ciências Sociais do Ceará. Ex-Membro Titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) do Ministério da Justiça. Ex-Subsecretário de Justiça do Estado do Ceará. Ex-Consultor Científico do Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento do Delinqüente (ILANUD). Ex-Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Vitimologia. Autor de numerosos livros, publicados no Brasil e no exterior.

REFERÊNCIAS:

- BARROS LEAL, César. A Execução Penal na América Latina 6 0\$7 do! Direito! H\$mano!8 *iagem pelo! Caminho! da Dor. Paraná: Juruá, 2009.
- BITTENCOURT, Cezar Roberto. Fa!ncia da ena de ri!o: Ca\$a! e A!ternati;a!- São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- GOMEZ, Luiz Flávio. ena! e (edida! A!ternati;a! 6 ri!o- São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- MARCÃO, Renato. Oei de E&ec\$'o ena! Anotada e Interpretada. Rio de Janeiro, Lumes Juris, 2006.
- NUNES, Adeildo. A Realidade da! ri!<e! =ra!i!eira!. Recife, Nossa Livraria, 2005.
- OLIVEIRA, Edmundo. O F\$tro A!ternati;o da! ri!<e!. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- WACQUANT, Loïc. A! ri!<e! da (i!5ria. Rio de Janeiro; Zahar, 2001.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em =!ca da! ena! erdida!: A Perda da Legitimidade do Sistema Penal. Rio de Janeiro, Revan, 1991.

(30) > ESTUDO DIRIGIDO

EXECUÇÃO PENAL: INSTITUTOS E ASPECTOS PROCESSUAIS CONTROVERTIDOS

CARGA HORÁRIA 3h/a

EMENTA: Indulto. Comutação da pena. Livramento condicional. Suspensão condicional da pena. Regimes de pena (fechado, semi-aberto e aberto). Penas restritivas de direito e alternativas. Progressão de regimes. Saída temporária. Trabalho interno. Remição da pena.

DOCENTE:

PROF. CARLOS EDUARDO RIBEIRO DOS

CURRÍCULO: Juiz de Direito Estadual, atualmente titular da 5ª Vara Criminal da Capital (Vitória-ES). Mestre em Direito Constitucional, especialista em Direito Penal e Processual Penal, professor de Direito Penal da Faculdade de Direito de Vitória e membro da Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas (Conapa). É co-autor do livro "Espírito Santo - Tragédia e Justiça no coração de um estado brasileiro,, (ed. Objetiva).

BIBLIOGRAFIA:

AMÊNDOLA NETO, Vicente; NEGRO, Fabyane Nunes de Aguiar (Colab.). *Direito penal: a busca pelo direito, incidente na execução : epilepsia, semi-imputabilidade, redução de pena*. Campinas-SP - Brasil: Julex, 1997. 78 p.

DELMANTO, Roberto. Regime disciplinar diferenciado e a pena celeratária. *Boletim IBCCrim*, n. 134, ano 11, jan. 2004.

DOTTI, René Ariel. *Reforma penal, realidade*, Rio de Janeiro: Forense, 1988.

GIORGIS, José Carlos Teixeira. *Do processo de execução penal*. Bagé: FAT-FUNBA, 1982.

HASSEMER, Winfried. *Direito penal, clássico*- Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

MELO, Izabela Barros. Gênesis das penas alternativas. *Revista da Faculdade de Direito de Olinda*- V.3, nº 4. Olinda, jan/jun 1999., p.283-319.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Execução penal*. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. *(Análise de direito penal)*- 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NUCCI, Guilherme de Souza. *(Análise de processo penal e execução penal)*- 4 ed. São Paulo: RT 2008.

ROXIN, Claus. *Derecho penal @ parte general*- 2. ed. Madrid: Civitas, 1997. t. 1. Temis, 1984.

(3d\$%o A :

SISTE (A CARCERÁRIO CEARENSE:
ESTR/T/RA AT/A0# A*ANBOS E
ERS ECTI*AS

CARGA HORÁRIA 1h/a

E (ENTA:

O preso e a prisão. O apenado no sistema carcerário cearense e a realidade das prisões brasileiras. Experiências e vivências no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), do Instituto Penal Olavo Oliveira (IPPOO) e de outros estabelecimentos. Segurança pública e cidadania. Direito Penitenciário. Estrutura atual do cárcere no Brasil: avanços e desafios

DOCENTE:

ROF- =ENTO 0A / RINDO

C / RR2C / 00

Graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Pós-graduado em Processo Penal. Especialista em Gestão de Segurança Penitenciária. Especialização em Gestão Pública. Agente Penitenciário Estadual. Chefe de Segurança e Disciplina Prisional. Advogado do Instituto Penal Paulo Sarasate – IPPS. Diretor Adjunto do Instituto Penal Paulo Sarasate – IPPS. Diretor do Instituto Penal Paulo Sarasate – IPPS. Diretor Geral do Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira I – IPPOO-I. Sub-Secretário de Justiça e Cidadania. Secretário Interino da Secretaria da Justiça e Cidadania por três vezes. Atualmente Conselheiro do Conselho Penitenciário do Estado e Coordenador do Sistema Penal do Ceará

=l=0IOGRAFIA:

GOULART, José Eduardo. Princípio in?ormadore! do direito da e&ec\$'''o pena!- São Paulo -SP - Brasil: Revista dos Tribunais, 1994. 128 p. ISBN 85-203-1238-1.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Fa%:ncia da ena de ri!''o: causas e alternativas. São Paulo: Saraiva, 2001.

CÂMARA, João Meireles. A ?a%:ncia do !i!tema carcerário repre!!i;o e a pena de morte. São Paulo: Editora Gonçalves, 1993.

KARAM, Maria Lúcia. De crime!# pena! e ?anta!ia!- Rio de Janeiro: Luam, 1993.

LEITE, Paulo Costa. A importância de aprimorar a administração da justiça. Re;ita CEC, v. 5, n. 13, p. 99-102, abri. 2001.

LIMA, Eduardo J. L. O! tr:;! pi%are! da ge!t'o do con9ecimento. Disponível em <www.kmol.online.pt/artigos>. Acesso em: 26 abr. 2007.

PIEADADE JÚNIOR, Heitor. Direito crimina%: casos e respostas. Belo Horizonte-MG - Brasil: Del Rey, 1998. 239 p. ISBN 85-7308-235-6.

(3d\$%o D:

*IRT / A0IEABFO DA C / STIBA CEARENSE

CARGA HORÁRIA 1h/a

E (ENTA:

Estado da arte no que concerne à informatização do processo judicial: a realidade do Ceará. A comunicação eletrônica dos atos processuais e as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Aspectos operacionais, as ferramentas do processo eletrônico e sua utilização.

DOCENTE:

ROF- FRANCISCO COSG ORTO (ONTENEGRO

C / RR2C / 00: Engenheiro Civil. É mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). *Chief Information Office-CIO*, pelo IGTI-Instituto de Gestão em Tecnologia da Informação da IBM Brasil. Em 2006 atuou como consultor da Presidência do grupo J. Macêdo. Foi membro do Conselho Consultivo de Clientes da IBM. Participou da criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará. Atualmente como consultor independente desenvolve projetos na área de Tecnologia da Informação para o Governo do Estado do Ceará.

=l=0IOGRAFIA:

BRASIL. **0ei n# 11-A1I4KKL-** Publicada no Diário Oficial da União, de 20 de dezembro de 2006.

BURRBULES, Nicholas e TORRES, Carlos Alberto (org.). *G%o, a%i7a'''o e Ed\$ca'''o: perspectivas críticas*. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

GOMES, Luiz Flávio. Era digital, justiça informatizada. *Re; !ta S)nte!e de Direito ena% e roce!!\$a% ena%*, v.3, n. 17, p. 40-41, jan./dez. 2003.

HORI, Jorge. *G%o, a%i7a'''o: o que é, como surgiu e suas perspectivas*. Sinaenco: Anais do 3º Encontro. Disponível em <www.sinenco.com.br>. Acesso em: 23 abr. 2007.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Brazil: the road of conflict bound for total justice. In: FRIEDMAN, L. M. & PEREZ-PERDOMO, R. *Legal cultures in the age of globalization. Latin America and Latin Europe-* Stmford: Stnford University Press, 2003. p. 64-107.

SIMCSIK, Tibor & POLLONI, Enrico Giulio Franco. *Tecno%ogia da in?orma'''o a\$tomati7ada*. São Paulo: Berkeley, 2002.

SZYNWELSKY, Cristiane. *A in?ormati7a'''o do M\$diciário ,ra!i%eiro: experiências e projetos*. Brasília: CJF/CEJ, 2006.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). *Sociedade da in?orma'''o no =ra!i%: livro verde-* Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TELES, José Dion de Melo. *Tecno%ogia# economia e direito: visão integrada e multissetorial*. São Paulo: CIEE, 2006.

TIFFIN, John & RAJASINGHAM, Lalita. *A \$ni;er!idade ;irt\$a% e g%o, a%*. Tradução Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed. 2007.

(3d\$%o L

EXPERIÊNCIAS ABSTRAÍDAS NO EXERCÍCIO DO JUÍZO EXECUTÓRIO PENAL

CARGA HORÁRIA 2h/a

E (ENTA:

O homem delincente e sua realidade sócioantropológica. Vivências no exercício da jurisdição penal. A execução da pena e a atuação do juízo executório penal. Experiências abstraídas na vara de execuções penais. O papel do juiz das execuções na sociedade atual.

DOCENTE:

ROF- 0 / IE =ESSA NETO

C /RR2C /00: Bacharel em Ciências Jurídicas na Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Juiz de Direito.Especialista em Processo Civil – ESMEC/UFC. Especialista em Direito Penal – UNIFOR. Curso de Direito Comparado (TJ/UCM – MADRID).

REFERÊNCIAS:

- LOMBROSO, César. **O 9omem de%inN\$ente-** Porto Alegre: Ricaro Lenz, 2001.
- MIRABETE, Julio Fabrini. **E&ec\$''o enal: comentários à Lei nº 7.210, de 11.07.84.** São Paulo: Atlas, 2000
- MOSSIM, Heráclito. **(an\$a% do proce!!o pena%-** São Paulo. Atlas, 2000.
- MUAKAD, Irene Batista. **ena pri;ati;a de %i,erdade-** São Paulo: Atlas, 1996.
- MUNHOZ NETO, Alcides. **A ignor0ncia da antiM\$ridicidade em mat5ria pena%-** Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- NALINI, José Renato. **A crise do direito e o resgate da ética.** Lex: Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais, v. 11, n. 113, p. 9-18, jan. 1999.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **C3digo ena% Comentado.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **O M\$it7 na !ociedade moderna.** São Paulo: Editora FTD, 1997.

(3d\$%o P

A RE ARABFO DO RETORNO Q
01=FRDADF

CARGA HORÁRIA 1h/a

E (ENTA:

Liberdade e prisão: aspectos controvertidos. Os direitos humanos e o humanitarismo na execução das penas. As políticas criminais de reinserção do apenado e a preparação para o retorno à liberdade. Função social e humanitária da pena e da prisão.

DOCENTE: DRA- E0IEA=ETH S /SSERIND

CURRÍCULO: Professora de Criminologia e de Direitos Humanos do Departamento de Direito da PUC-Rio. Professora de Direito Penal da Universidade do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Museu da República/Ministério da Cultura. Secretária Nacional de Justiça entre 1999 e 2002. Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Promundo. Membro da Coordenação Executiva do 12º Congresso das Nações Unidas sobre Crime e Justiça Criminal, Salvador, 2010. Membro-fundadora da organização Transparência, Capítulo Brasil. São Paulo, 1999. Membro do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça-CNJ. A partir de abril de 2009. Chefe do Departamento de Pesquisa em Direito da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Entre julho de 2002 e dezembro de 2007. Chefe da delegação brasileira em diversas ocasiões, inclusive nas negociações da Convenção das Nações Unidas para Combate ao Crime Organizado Transnacional de Viena e Palermo. Membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Brasília, 2002-2006. Professora-visitante da University of Wisconsin Law School. Patrocínio da Edward Tinker Foundation. Madison, USA, 1989-1990. Pesquisadora-visitante University of Wisconsin Law School. Madison, USA, 1991-1992. Pesquisadora Hubert Humphrey, Comissão Fulbright, no Human Rights Center, Faculdade de Direito da Universidade de Minnesota. Minneapolis, MN, 2008-2009. Professora dos cursos de formação de agentes penitenciários de vários estados. Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Professora de *Direitos Humanos* da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas/RJ, 2002/2003. Professora do *Curso de Especialização em Política Criminal, Penitenciária e de Segurança Pública*. Escola de Governo do DF. Professora de *Direito Penal e Segurança Pública* da Universidade Cândido Mendes - UCAM. Rio de Janeiro, entre 1979 e 1999 e entre 2002 e 2004. Professora da Pós-Graduação em *Direito Penal* da Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2003-2005. Consultora do Governo de Pernambuco para a implantação da Ouvidoria da Secretaria de Estado da Saúde. Recife, 2006. Presidente do Comitê Nacional para Refugiados-CONARE, 1999-2002. Representante do Ministério da Justiça no Conselho Nacional Anti-Drogas, SENAD, 1999-2002. Membro do Conselho Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas, Secretaria Nacional de Direitos Humanos 2000-2002. Vice-Presidente do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 1987-1988. Coordenadora do Programa Pró-Memória da Constituinte, instalado em sete cidades do país durante a Assembléia Nacional Constituinte. Fundação Nacional Pró-Memória, 1986-1989. Membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). Ministério da Justiça, Brasília, 1985-1989. Membro do Conselho Consultivo da Fundação para o Bem-Estar do Menor-FUNABEM. Rio de Janeiro, 1985-1987. Assessora Especial do Ministro de Estado da Justiça. Brasília, 1985-1986. Fundadora e dirigente do Movimento VIVA RIO, 1994-1999. Coordenadora do Projeto de Policiamento Comunitário da América Latina, em Copacabana, 1994-1999 e do Balcão de Direitos, projeto de esclarecimento de direitos e acesso à Justiça instalado em favelas do Rio. Membro da diretoria da Inter-American Legal Services Association (ILSA), Bogotá, 1987-1990. Professora dos Cursos de Mediação de Conflitos. Governo do Estado da Bahia, Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia. Integrante do projeto de pesquisa *Human Trafficking: Uncovering the Stories of People Used as Commerce*. Universidade de Minnesota, pesquisa comparativa entre Brasil, USA, China, Índia, Itália e África do Sul. A partir de 2008. Consultora *ad hoc* da FINEP para avaliação de projetos de pesquisa e de implantação de cursos de pós-graduação no país. Brasília, 1988. Integrante da pesquisa *Latin American Program on Citizen's Security*, do Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, 1998-1999. Coordenadora no Brasil do *Projeto de Pesquisa Sobre os Direitos da Mulher*. Interamerican Legal Services Association (ILSA) e Institute for Legal Studies. Rio de Janeiro e Bogotá, 1987-1990. Fundadora da Comissão de Defesa dos Direitos do Preso. Rio de Janeiro, 1980. Mestre em Direito e Desenvolvimento - Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), 1984. Doutoranda do Centro de Pesquisas e Documentação-CPDOC-FGV. Autora de diversos trabalhos publicados no Brasil e no exterior.

REFERÊNCIAS:

ARENDDT, Hannah. **A condição humana** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **Da violência**. Brasília: UnB, 1990.

CERVINI, Raúl. **Os processos de descriminalização**. Tradução da 2. edição espanhola de Eliana Granja et al. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

CRUZ, Walter Rodrigues da. **As penas alternativas no direito pátrio**. São Paulo: Direito, 2000. p. 335.

DOTTI, René Ariel. **Bases e Alternativas para o sistema de penas**. ed. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. p. 550.

_____. **Reforma penal brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

HERKENHOFF, Joao Baptista. **Uma porta para o homem no direito criminal**. Rio de Janeiro - Brasil: Forense, 1980. 231 p.

LYRA FILHO, Roberto. **Criminologia Dialética**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1972.

MIRANDA, Antonio & SIMEÃO, Elmira (Org.). **Alfabetização digital e acesso ao conhecimento**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. (Série Comunicação da Informação Digital, v. 4.).

SUSSEKIND, Elizabeth. Aspectos da política prisional no Brasil. **Revista CEJ**. Ano 5, nº 15. Brasília, dez 2001, p.25-30.

Módulo 8

Painel

PROJETO COMEÇAR DE NOVO – CNJ -
CEARÁ: nascedouro e conquistas no Ceará

Painel

PROJETO COMEÇAR DE NOVO: experiência
de Limoeiro do Norte-CE

CARGA HORÁRIA 1h/a

DOCENTES: DRA. MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL e DRA.
LUCIANA TEIXEIRA DE SOUZA

EMENTA: O caminhar do Direito e da Execução Penal no rumo da humanização. Panorama da reinserção do egresso do sistema carcerário. Diagnóstico social dos apenados e dos egressos. Percepção emocional do apenado acerca de si mesmo e da sociedade.

C / RR2C / 00S: DRA. MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL. Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR; pós-graduada em Processo Civil e Direito Eleitoral pela ESMEC/UFC; Juíza de Direito das Comarcas de Tabuleiro do Norte, Senador Pompeu e Canindé; Juíza Titular da 17ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal em Fortaleza, durante 13 anos; atualmente, Juíza de Direito da Vara de Execuções de Penas Alternativas e *Habeas Corpus* no Fórum Clóvis Beviláqua; membro da 1ª Turma Recursal do Fórum Dolor Barreira; membro do Conselho Comunitário de Apoio ao 17º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza/CE; membro do Movimento Ceará de Paz; Coordenadora do Projeto Começar de Novo do Conselho Nacional de Justiça desde dez/2009 e Presidente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário no Ceará – CNJ.

DRA. LUCIANA TEIXEIRA DE SOUZA . Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará; pós-graduada em Processo Civil pela Escola Superior do Ministério Público; Juíza de Direito das Comarcas de Canindé, Milagres e Marco; atualmente, Juíza de Direito da 1ª Vara de Limoeiro do Norte-CE; membro do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário no Ceará.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica do princípio constitucional - O princípio da dignidade humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BARRETO, Tobias. Fundamento do direito de punir. Revista dos Tribunais, n. 727, 639-650, 1996.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. A função do direito penal. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

LEAL, César Barros. Direito penal de primeira edição. 2ª edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

LEITE, George Lopes. O papel do juiz na execução penal. Revista CEC. Ano IV, nº 15, Brasília, dez 2001, p.58-63.

LEMGRUBER, Julita. O sistema penitenciário brasileiro. Cidadania e Justiça. 1º sem 2001, p.170-179.

(3d\$%o I

A RESENTABFO DE *2DEOS DOSAT:

ASSOCIABFO DE ROTEBO E
ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS @
ITAUNA (G e ROCE TO CO (EBAR DE
NO*O @ CNC \ CEARÁ

CARGA HORÁRIA 1h/a

REFERÊNCIAS:

APAC. E&peri:ncia! da A!!ocia''o de A!!i:t:ncia e rote''o ao! Condenado!.
Itaúna-MG. Vídeo, 40min, 2008

COMEÇAR DE NOVO. E&peri:ncia! do rolleto Come'ar de No;o no Ceará.
Fortaleza-CE. Vídeo, 20 min, 2010